

A saga do petróleo e gás na Amazônia e seus impactos no desenvolvimento regional

Iraildes Caldas Torres¹

A Amazônia brasileira possui, hoje, um valor emergente inestimável como fator de equilíbrio ecológico e biológico do planeta. A questão ambiental recoloca a região no centro do debate mundial, transformando-a num valor universal de largo alcance e imensurável importância. Aos poucos, foi sendo construída a idéia de Amazônia como um bem da biodiversidade, necessário para a vida na terra.

O discurso mundial em defesa do ecossistema amazônico engendra interesses de várias ordens, não só no campo das riquezas vegetais e minerais, mas também no fato de a Amazônia constituir-se no grande reservatório de água doce potencialmente capaz de abastecer o planeta.

Deve-se ter claro que a Amazônia não se resume à biodiversidade. A heterogeneidade sociocultural também é uma das maiores características da região. A sua própria organização do trabalho apresenta diversidade que não pode ser compreendida apenas sob a lógica do capital. Existem formas peculiares de ocupabilidade que remontam a culturas tradicionais que se unem no âmbito das estratégias de sobrevivência dos nativos do trópico úmido.

A Amazônia com seus encantos e majestosa beleza é palco natural da poesia, cujo lirismo poético parece indicar uma composição estética. O reconhecimento desse fenômeno é importante na medida em que nos permite compreender a sociodiversidade da vida neste espaço fronteiriço. Espaço aqui compreendido em relação ao desenvolvimento humano, ao dinamismo da vida e aos processos da cultura de fronteira que se imiscuem nesta constelação.

Desde a conquista da América alguns estudiosos insistem em buscar uma razão ascética em relação à materialidade da vida na Amazônia. Movido, talvez, mais pela compulsão a dominar do que pelo desejo de conhecer, o discurso indo-europeu colocou em relevo a imagem da natureza exuberante nos seus aspectos de bucolidade e exaltação do belo, ao mesmo tempo que deixa transparecer uma concepção pessimista e preconceituosa em relação aos indígenas que foram os primeiros habitantes deste trópico (TORRES, 2005).

A heterogeneidade e a sociodiversidade da região amazônica fazem deste espaço um palco de representações materiais e imateriais. Estas características *per si* apontam para o fato de que a Amazônia não é sintetizada só em sua beleza natural, pois se os amazônidas forem considerados desta forma no circuito nacional e internacional, não passarão de meros *povos da floresta*. Ou seja, as populações tradicionais nunca poderão contar com uma estrutura de emprego, educação, saúde e demais políticas públicas.

A Amazônia precisa se constituir numa âncora ao processo de construção de um projeto nacional. A interiorização de políticas públicas e a implantação de uma infra-estrutura e de programas que possibilitem o desenvolvimento não-predatório da região é uma dívida histórica do Estado brasileiro para com as populações amazônicas.

O coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira, Josué Sateré-Mawé chama a atenção para o fato de que *nós povos indígenas², nos grandes projetos (rodovias, hidrelétricas, linhão), sempre fomos considerados empecilhos ao desenvolvimento* (carta enviada ao Ibama/2004).

Ao lado de processos intensos de exploração do território amazônico desde a conquista até os dias atuais, índios e caboclos foram considerados pelo poder eurocêntrico como grupos sociais

¹ Iraildes Caldas Torre é doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas/Brasil e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da mesma Universidade.

² Esta pesquisa realizada em 2005 no município de Coari, Estado do Amazonas/Brasil, contou com o aporte de financiamento do Sebrae/AM (Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa).

acomodados, passivos, preguiçosos e de baixa estatura moral. A imagem dos indígenas como canibais e seres alcoolizados serviu como pretexto para legitimar a escravidão e tornar naturalizada a inferioridade étnica em tempos pretéritos, e para justificar a ausência de políticas públicas em tempos recentes. Até a segunda metade do século XX o governo federal não via a necessidade de incluir as populações amazônicas nos planos de desenvolvimento do Estado brasileiro, justificando que essas populações não estariam dispostas a se engajar nesses planos.

O estilo de vida despojado do indígena foi traduzido pelo europeu como preguiça e indolência. A sua docilidade e brandura são percebidas pela ótica ideologizante como palermice e lerdeza que correspondem, em última análise, à ausência de inteligência e cognição. Denominados chinás, bugres, selvagens, primitivos, tapuias e caboclos, os habitantes destas paragens foram considerados incapazes de desenvolver as suas potencialidades intelectivas (TORRES, 2005).

A menoridade da razão indígena forjada no século XVI – pelo *escriba* espanhol Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez, reiterada sobretudo por Corneille De Pauw, no século XVIII – engendra a idéia de negação da humanidade dos índios vistos como seres infantis, raquíticos e incapazes de qualquer cognição.

O preconceito étnico é uma idéia articulada por processos sociais de grande alcance e intensidade como no caso de relações econômicas e culturais mundializadas, transpassadas pela cultura de fronteira. O sociólogo Boaventura Sousa Santos (1996) considera a zona Fronteiriça como uma metáfora que ajuda o pensamento a transmutar-se em relações sociais e políticas. As relações de poder encarregar-se-iam de criar o racismo e seus desdobramentos nas sociedades ocidentais. O mito do *Bom Selvagem* de Jean-Jacques Rousseau (1983) é ilustrativo desta construção sutil do preconceito em relação aos indígenas do Novo Mundo.

Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões* (s/d) e *Amazônia: um paraíso perdido* (2003) é, certamente, não apenas um estilista ou um paisagista de finos lampejos e genialidade que retratou com magnitude a história do sertão nordestino e da região amazônica. Ele é um dos poucos exegetas (escritor minucioso) que realizou um exame desnudo da realidade penosa dos povos sofridos do Nordeste e de nossa gente amazônica. Este autor dirige críticas às abordagens errôneas sobre o clima quente e úmido desta região, caluniado como o responsável pelo modo de vida pouco extrovertido das populações indígenas.

A Amazônia é formada por uma sociedade mestiça que comporta localmente mais valores indígenas do que valores das sociedades ocidentais. Mas possui também certas nuances da ocidentalidade e do multiculturalismo mundial bem delineadas. Embora a cultura colonizadora pretendesse fazer prevalecer os seus valores, as suas instituições e o seu idioma ela sofreu, sem dúvida, o impacto das novas condições que forçaram o colonizador a um processo de adaptação. Assim ocorreu com os colonos portugueses que tiveram de adaptar-se ao regime das duas estações conhecidas como enchente e vazante das águas; às leis da floresta que pareciam desafiar o homem, à culinária indígena com os seus condimentos e sabores picantes. Ferreira de Castro, autor de *A Selva* (1937), refere-se à mata amazônica como uma brenha enigmática inexoravelmente fechada.

A análise do processo de formação, funcionamento e contribuição da *cadeia Produtiva do Petróleo e Gás no Amazonas* não pode pretender prescindir da abordagem do processo histórico da Amazônia. Ao elegermos para estudo um determinado recorte desta realidade, é necessário que visualizemos a sua formação histórico-social, para podermos compreender os processos sociais que se sobrepuseram à condição humana nesta região.

O modelo de desenvolvimento local e regional possível de ser realizado nestes rincões do país, deverá ter como fio condutor a questão étnica. O crescimento econômico deverá ter como base indutora a potencialização da capacidade das populações tradicionais, buscando resgatar os ideais republicanos,

a partir de uma ética de desenvolvimento social que remeta para a resolutividade das desigualdades regionais e dos impactos ambientais.

As políticas públicas implementadas na região sempre estiveram na contra-mão do desenvolvimento local, posto que passam ao largo das particularidades e das necessidades das populações tradicionais. A não proteção social de forma universalizada que deveria ser garantida pelo Estado, aprofundou o quadro de pauperização e exclusão social de amplas camadas subalternizadas na região. Esses segmentos humanos se deparam com uma problemática de grande alcance social, que vai desde a necessidade de constituição de unidades de conservação, até o não atendimento satisfatório de suas necessidades humanas.

Coari é um município do Estado do Amazonas, banhado pelo Rio Solimões, geograficamente localizado no coração da Amazônia. Faz limite com os municípios de Anori, Codajás, Marã, Tapauá e Tefé que compõem parte da mesorregião do Médio Solimões. Possui uma área territorial de 57.230km² e uma população de 67.087 habitantes (IBGE/2002). O povoado de Coari foi fundado no início do século XVII, pelo padre jesuíta A.Fritz. Recebeu esta denominação em homenagem à origem indígena de seus habitantes, cujo léxico lingüístico continha o termo *Coaya Caryu* que significa *rio dos deuses*.

Incrustada no âmago da Amazônia Ocidental Coari era um município amazonense, igual a qualquer outro, perdido nas brenhas da maior floresta tropical do mundo com uma pequena população de 22.000 habitantes. Esta realidade começou a ser modificada quando houve a descoberta de uma fonte de petróleo, de excelente qualidade, juntamente com uma grande jazida de gás natural com cerca de três mil metros abaixo do solo.

Em 1986 foi descoberto o primeiro campo comercial de óleo e gás natural no Rio Urucu, afluente da bacia do Solimões, 600 quilômetros a sudoeste de Manaus, no Município de Coari. Este evento é considerado um marco decisivo na história da Petrobras e no processo de desenvolvimento local.

Desde a criação da Petrobras, em 1953, a empresa vem atuando nos estados que integram a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. Voltou também suas ações para os estados da Amazônia Ocidental: Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

As primeiras descobertas de petróleo na Amazônia datam do alvorecer dos anos de 1954, quando a Petrobras encontrou quantidades não comerciais nos municípios de Nova Olinda do Norte, Autaz-Mirim e Maués no Estado do Amazonas. Note-se que as pesquisas sobre petróleo eram desenvolvidas nos afluentes do Rio Amazonas e não na bacia do Solimões. Somente a partir de 1978, ano da descoberta da província gaseífera do Juruá, é que a pesquisa de petróleo foi intensificada na mesorregião do Solimões.

As atividades petrolíferas no Urucu beneficiam diretamente toda a região Norte do país, pois a Petrobras dispõe de uma infra-estrutura que facilita a disponibilização de gás natural, que é o combustível essencial das novas termelétricas projetadas para suprir a deficiência de energia elétrica neste espaço regionalizado. Dois anos depois da descoberta da Província de Urucu o óleo já estava sendo escoado por balsas até a Refinaria Isaac Sabbá (REMAN), sediada na capital do Estado do Amazonas.

Um dos petroleiros mais antigo da Petrobras e pioneiro da extração de petróleo na Província de Urucu lembra que ele *descia de helicóptero e abria caminho com faca para a exploração. As araras perseguiram as camionetes cortando os fios telefônicos atrapalhando, assim, a comunicação* (entrevista/2004). Foi assim que as clareiras cresceram formando o complexo gigantesco de Urucu. Em 2001 este complexo comportava 110 quilômetros de estradas, dos quais 71 pavimentados, 60 poços em produção, 103 quilômetros de dutos nos campos e um sistema de escoamento de 285 quilômetros de Urucu até Coari.

Há uma projeção científica de que esta reserva comporta 72,42 milhões de barris de óleo e 294,85 milhões de barris de gás natural, representando cerca de 24% do total de reservas nacionais, superada apenas pela Bacia de Campos que representa 50% de reservas de petróleo no Brasil.

Em 1998 a Petrobras colocou em andamento a operação do gasoduto com 285 km de extensão, que liga a Província Petrolífera do Rio Urucu a Coari, que é a sede deste empreendimento. Agora a empresa quer construir outros gasodutos ligando Coari a Porto Velho; e Coari a Manaus capital do Estado do Amazonas. Este projeto tem como objetivo central o fornecimento de gás natural a uma termoelétrica que será construída para possibilitar o desenvolvimento sustentável dos Estados de Rondônia e Acre. O tempo previsto para a existência (vida útil) deste gasoduto é de vinte anos.

Analistas de cadeias petrolíferas apontam o petróleo de Urucu como o de melhor qualidade do país. Deste combustível líquido, escuro ou amarelo esverdeado, formado por uma mistura de hidrocarbonetos, são produzidos derivados nobres e de alto valor agregado como o diesel e o nafta. Para o gerente de Otimização de Processos da REMAN, o petróleo de Urucu *tem características especiais, pois é extremamente leve e por isso não produz asfalto, sendo necessário importar petróleo mais pesado da Venezuela. Os 8% restantes da capacidade da refinaria são ocupados pelo petróleo importado, de nome Leona, com o único objetivo de produzir o asfalto necessário para o abastecimento do mercado regional* (José Augusto Carrinho Antônio, entrevista/2004).

A capacidade de refino da REMAN é de 49 mil barris de petróleo por dia, o equivalente a cerca de 2,5% da capacidade de refino instalada no Brasil. A Petrobras assume o *status* de 6ª maior empresa de petróleo do mundo, sendo a 3ª entre as maiores empresas de capital aberto e a primeira e maior multinacional brasileira. Trata-se de uma empresa de grande porte que possui 7.231 poços produtivos, 92 plataformas de produção, 11 refinarias, 123 navios petroleiros, 29 terminais terrestres, 10 terminais marítimos, 3 terminais fluviais e 12.104 km de dutos (Informativo da Petrobras/1999).

A Unidade de Negócios da Bacia do Solimões – UNBSOL já conquistou prêmios importantes, tais como: recertificação ISO 14.001, recertificação ISO 9002, recertificação OHSAS 18.001, certificação SPIE e recentemente tornou-se a primeira empresa petrolífera em todo o mundo a conquistar a certificação SA 8000. Dentre os vários prêmios conquistados na área social destacam-se: o prêmio SESI de Qualidade no trabalho e o Troféu Empresa Solidária.

Não obstante ao reconhecimento nacional e internacional da importância das atividades da *Petróleo Brasileiro S.A*, a empresa no Amazonas se depara com um grande dilema: como realizar a produção de petróleo e gás em Urucu sem causar danos ao meio ambiente e à população local.

Além dos impactos ambientais que podem atingir florestas, rios, lagos e vilarejos de oito cidades para levar gás de Coari a Manaus estão previstos grandes impactos sociais, previsões que já foram confirmadas em outro momento quando a Petrobras construiu o primeiro gasoduto ligando Urucu a Coari. Naquela ocasião houve um forte impacto ambiental, o gasoduto secou três igarapés que forneciam água à comunidade local, utilizada para consumo e para a produção de farinha de mandioca que é o alimento básico das populações tradicionais. A quantidade de peixe também diminuiu consideravelmente no Rio Urucu.

O cacique Germano Marins, da etnia Miranha, examina com lucidez os impactos sociais do gasoduto na região: *sabemos que o gás pode trazer emprego, mas gera também prostituição, marginalidade e tráfico de drogas* (Pronunciamento no Seminário de Representantes Indígenas/2004).

Embora a Petrobras tivesse tido a preocupação de realizar audiências públicas em conjunto com as secretarias estaduais, esses eventos não foram suficientemente democráticos para legitimar a construção do gasoduto Coari-Manaus. No que pesem as informações prestadas pelo gerente executivo de gás e energia da Petrobras, segundo o qual *durante 11 meses e vinte dias, nós realizamos várias pré-audiências públicas nas comunidades. Ouvimos as pessoas; listamos seus questionamentos e sabemos da responsabilidade que temos pela frente* (depoimento de Hênyo Trindade Barreto/2004), as comunidades ribeirinhas e populações indígenas não estão satisfeitas com a forma pela qual foi elaborado e apresentado o projeto de construção do novo gasoduto.

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas já emitiu licença para a sua instalação e, mesmo que os impactos sociais não atinjam todos os oito municípios afetados pelos dutos, cerca de duzentas comunidades ribeirinhas terão suas vidas alteradas em vários sentidos.

Coari possui uma população jovem com aproximadamente 70% de habitantes nesta faixa etária, dos quais 40% são mulheres. A cidade é conhecida como a capital da prostituição da mesorregião do Solimões, pois há registros de elevação nos índices de prostituição infantil, roubo, violência doméstica contra mulheres, narcotráfico e doenças sexualmente transmissíveis incluindo a aids.

A desagregação familiar é um fato não só entre as populações locais, posto que mães e meninas se inserem na prostituição, mas também entre as famílias dos empregados da Petrobras. Os trabalhadores passam quinze dias na Província Petrolífera de Urucu e outros quinze dias em suas casas. Esta forma alternada encontrada pela empresa para não prejudicar a vida familiar de seus empregados apresenta, hoje, sérios problemas: os homens estão abandonando suas esposas e seus lares para assumirem compromissos maritais com uma outra mulher, com quem mantinha relacionamentos amorosos no local de trabalho. Em certos casos o empregado opta pela manutenção de duas mulheres e, conseqüentemente, de duas famílias.

Também é importante atentar para o fato de que a construção do primeiro gasoduto não resolveu o problema do desemprego local. De acordo com o representante da Comissão Pastoral da Terra, *a Petrobras mandou muitos homens para trabalhar em Coari e isto destruiu a economia local* (Adilson Vieira, entrevista/2003). A maioria dos trabalhadores veio de outras regiões do país. *A Petrobras deve capacitar pessoas desta região para que se beneficiem de emprego gerado pelo novo gasoduto* (IBIDEM).

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Amazonas, em 2003, mostra que do universo de 144 informantes do Município de Coari (102 localizados na sede do Município e 42 nas comunidades ribeirinhas), o percentual de desemprego é significativo.

No espaço urbano o percentual de desemprego chega a atingir cerca de 57% no segmento de trabalhadores domésticos. Muitos destes trabalhadores não possuem registro ou contrato de trabalho estando, pois, desprovidos dos direitos trabalhistas legais. A média salarial dos trabalhadores locais encontra-se abaixo de dois salários mínimos mensais, sendo que 14,7% destes trabalhadores estão inseridos no mercado informal. (GRUPO INTER-AÇÃO, 2003).

Quanto ao espaço rural alguns dos fatores que concorrem para a composição da renda nas comunidades e famílias ribeirinhas são os seguintes: relações de comercialização de produtos agrícolas, troca, escoamento da produção para o mercado urbano, venda da força de trabalho no campo, aposentadoria e benefícios sociais de transferência de renda às famílias vulnerabilizadas.

As populações tradicionais do Município de Coari desenvolvem diversas atividades produtivas, num ritmo peculiar de sazonalidade bem definido pelas leis de enchente e vazante dos rios. As suas principais atividades produtivas são a pesca, a produção vegetal, a produção de hortaliças, plantas medicinais, pequenas criações de animais (bovino, suíno e aves) e a produção extrativista.

As atividades produtivas são realizadas por todos os membros da família: homens, mulheres e crianças. Cada um atua de acordo com o desenvolvimento de suas habilidades, para garantir a sobrevivência do grupo familiar. Deve-se atentar para o fato de que o mundo rural não oferece condições plenas de reprodução social, como permite o modelo capitalista em termos de sobrevivência básica dos indivíduos no perímetro urbano.

O nível de vida das populações rurais, sobretudo das populações tradicionais que são os índios, caboclos e ribeirinhos, é de baixa qualidade. Este quadro remete, inequivocamente, para o estabelecimento de medidas sociais que garantam o acesso aos serviços de educação, saúde, emprego, transporte, saneamento básico, assistência social e previdenciária, assistência técnica e creditícia. Some-se a isto, a necessidade de promoção de um tipo de desenvolvimento auto-sustentável que incentive as populações tradicionais a aumentar a produção de alimentos para o consumo próprio. Deverá garantir, também, o escoamento da produção agrária para a comercialização integrando-a ao

mercado de produtos agrícolas, de modo que os trabalhadores rurais possam auferir renda suficiente para o sustento familiar.

A conservação dos recursos naturais através do emprego de técnicas modernas que não exijam maior dispêndio de capital – a exemplos das técnicas empregadas no plantio que incluem espaçamento, rotação de culturas, uso de sementes melhoradas e preparo do solo com tração animal – torna-se indispensável para a garantia de uma agricultura auto-sustentável. Assim, os agricultores poderão ter melhores condições de habitação, de alimentação e de trabalho, o que significará melhoria de vida em termos reais, ainda que não se reflita em aumento de renda financeira (IPEA, 1999).

Torna-se mister harmonizar políticas públicas com o desenvolvimento das potencialidades humanas locais, sem comprometer o equilíbrio ambiental. Qualquer proposta de desenvolvimento regional deverá levar em consideração a qualidade ambiental, estimulando os investimentos nas áreas mais adequadas e inibindo programas de alto risco econômico, social e ambiental.

É preciso atentar para a preservação dos componentes naturais da biodiversidade faunística e florista, o potencial hídrico, o solo e os componentes de produção, a forma de desmatamento e o aproveitamento de produtos florestais como madeira, casca, óleos, resinas, frutas e produtos medicinais.

A diversidade na Amazônia significa heterogeneidade ecológica entre as áreas, o que leva à forma de interação flexível entre o homem e o seu meio ambiente. O homem amazônico mantém um efetivo inter-relacionamento com os elementos da natureza: terra, rios e floresta. Esses elementais são centrais na vida das populações tradicionais da Amazônia que são os sujeitos que fazem uso dos recursos naturais sem interferir no equilíbrio ambiental. O equilíbrio do meio ambiente começou a se romper, a partir da colonização portuguesa, à medida que as especiarias iam sendo retiradas. (BATISTA, 1976).

É importante, também, salvaguardar o zelo histórico concernente aos processos de desenvolvimento social e econômico do Estado do Amazonas. Trata-se de processos que promovem grandes mobilizações espaciais de populações com rearranjos institucionais improvisados (TORRES, 2003 a).

Esses processos provocam desequilíbrios ambientais, sociais e culturais que têm fortes rebatimentos na vida das populações tradicionais. Assim ocorreu com a economia gomífera que trouxe grandes contingentes de nordestinos para os seringais amazônicos e que, após o declínio das atividades da *hevea brasiliense*, muitos deles ficaram atônitos e perplexos diante da necessidade de retorno às suas terras de origens e/ou permanecer numa região pouco promissora. O mesmo ocorreu com o projeto zona franca que promoveu um ostensivo êxodo rural, instigando a vinda de muitos outros brasileiros para a indústria de produtos semi-estruturados.

É fato incontestável o aumento do fluxo migratório em Coari. Em 1990 este município possuía uma população de 22.000 habitantes, rapidamente saltou para 67.087 habitantes, conforme assinalado anteriormente. A favelização constitui-se num dos grandes problemas sociais deste município que recebe *royalties* da Petrobras há 16 anos e, por isso mesmo, deveria ser o mais próspero do Estado depois de Manaus. Ao contrário disto, pesquisas comprovam grande incidência de endemia de malária, ausência de saneamento básico e abastecimento de água nas residências e de exclusão social. Eximindo Manaus, Coari ocupa o quinto lugar no IDHM (0,672), em comparação aos outros municípios envolvidos no projeto gasoduto (PNUD/2000).

O termo exclusão social na Amazônia pode ser expresso, de modo amplo, em relação à renda, educação, condições da população infantil, carências habitacionais e condições de moradia, acesso e atenção básica à saúde, perspectivas de ocupação da força de trabalho e outros indicadores da situação humana na Amazônia.

A exclusão associa-se à produção de pobreza e de miséria no setor rural, cujo fenômeno torna-se mais evidente na medida em que estudos quantitativos/descritivos vão construindo configurações seguras de fatores e tendências que explicam e indicam consequências, impasses e perspectivas.

Os indicadores das condições de saúde, educação, emprego, relações formais e informais de trabalho são expressões limites da desproteção e da insegurança social, da ausência ou do impacto residual das políticas públicas no planejamento governamental e no processo de expansão da fronteira amazônica.

As populações da Amazônia são compostas de grupos sociais urbanos e rurais heterogêneos do ponto de vista da situação econômica, de sociedades e comunidades indígenas de distintos e diversos modos de adaptação e articulação histórico-cultural, de grupos isolados remanescentes de fricção interétnicas e de arranjos próprios de sobrevivência com a sociedade nacional e, ainda, de grupos e contingentes populacionais deslocados para a região por mecanismos governamentais, privados e confessionais, por migrações internas e externas, independentes ou promovidas por fluxos de exploração econômica ou reajustes institucionais na região (SILVA, 2000).

A questão ambiental é parte integrante da questão social, enquanto o conjunto de problemas anacrônicos e redivivos na região. Os desequilíbrios ambientais são consequências dos processos sociais bifurcados e pouco adequados, inscritos na matriz homogênea do desenvolvimento nacional e regional, preconizada pelo Estado brasileiro. A conservação dos recursos naturais deve ser uma premissa de valorização da vida natural e social. Estas duas constituições vitais são pólos de uma mesma realidade.

Os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são os seguintes: *sustentabilidade social* que diz respeito à equitativa distribuição de renda; *sustentabilidade econômica* associada ao princípio de solidariedade entre as populações locais para melhor uso dos recursos e geração de renda coletiva, a exemplo das cooperativas e incubadoras; *sustentabilidade ecológica* dirigida ao uso racional dos recursos naturais do ecossistema; *sustentabilidade geográfica* relativa aos cuidados ambientais e espaciais para evitar desastres e danos à região; *sustentabilidade cultural* envolve o conceito de território enquanto espaços de construção de possibilidades ao desenvolvimento regional, levando-se em conta os saberes, valores e potencialidades humanas locais (TORRES, 2003b).

As interferências prejudiciais ao meio ambiental advém de padrões de acumulação que repousam sobre a exploração dos recursos naturais com aplicação mais intensiva de capital, provocando pressão sobre a vida natural e social na Amazônia. Os megaprojetos amazônicos aprovados pelo regime militar para a região – Carajás, Tucuruí, Transamazônica, Paranapanema, Pitinga, Zona Franca de Manaus e Hidrelétrica de Balbina - são alguns exemplos desses processos de impactos sociais e ambientais

A noção de valorização humana e social aplicada às populações amazônicas implica num esforço de compreensão da complexidade das relações homem e meio, natureza e cultura, região e sítios isenta de qualquer conotação de tribo ou de grupo lingüístico, nação, lugar e mundo. Implica, outrossim, na compreensão das relações Estado e sociedade, empresas privadas e sociedade, empresas estatais e de economia mista e sociedade, empresas públicas e privadas em interlocução com a sociedade, terceiro setor e sociedade local.

Estar-se-ia diante do paradigma da emancipação social que assume a perspectiva de inclusão social, do respeito às diferenças e naquilo que Boaventura Sousa Santos (2002) denomina de *sociologia das ausências*. Para a Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, Marilene Corrêa, *a Rede Petro será uma realidade, unindo esforços com toda a cadeia produtiva, mudando perfis de consumidores, estabelecendo parcerias de sucesso com responsabilidade social, garantindo uma nova realidade de vida para 20 milhões que habitam a Amazônia Brasileira* (entrevista/2004).

O projeto de capacitação empresarial que está sendo desenvolvido pelo Sebrae/Amazonas envolve 163 empresas, 60 consultores e instrutores, perfazendo um total de 1667 pessoas capacitadas. Em termos temporais serão empregadas 23.042 horas com consultoria, 4.580 horas com treinamento em qualidade, duas visitas técnicas a cada empresa envolvidas no processo, duas rodadas de negócios, 5.193 horas em treinamentos gerenciais e 256 horas em planejamento estratégico (entrevista com a diretoria técnica do Sebrae/AM, Maria Nazaré Alves da Silva/2004).

O próximo passo a ser dado dirige-se à implantação de um processo de gestão orientada para resultados, buscando pactuar mestas a serem alcançadas entre os entes envolvidos que são a Petrobras, o Sebrae/Am e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas. Segundo o Superintendente do Sebrae/Amazonas, José Carlos Reston, *com o trabalho estratégico da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, que tem apoiado o projeto de forma permanente, permitindo o avanço e consolidação da Rede Petros, e futuramente do Pólo de Gás no Amazonas* (entrevista/2004).

Percebe-se claramente, a visão de futuro do Sebrae que apresenta-se com uma perspectiva proativa de intersecção junto às micro e pequenas empresas deste Estado que passarão a se inserir na cadeia Produtiva do Petróleo e Gás, numa concorrência de mercado.

Esta parceria trinitária – Sebrae, Petrobras, SECT – é fundamental para a potencialização da gestão das empresas fornecedoras de bens e serviços para a REMAN, posto que permite agregar valor à cadeia produtiva, a partir de novas técnicas de qualidade, eficiência e organização. Isto possibilita a estas empresas contribuírem para com a qualidade de vida aos trabalhadores pertencentes ao segmento petrolífero e gaseífero da constelação amazônica.

Há necessidade de realização de amplos estudos sobre impactos socioambientais para verificar indicadores de violência, marginalidade, prostituição infantil, tráfico de drogas dentre outros. O fomento e a desconcentração da aplicação de recursos financeiros em ciência e tecnologia é uma necessidade imperiosa à região amazônica. É preciso construir um pacto federativo que possibilite a implantação de políticas públicas que reduzam os desequilíbrios regionais. Abstraídas estas questões a retórica entra no vazio alucinado da imaginação (FREITAS, 2003).

Pensar o Brasil na divisão internacional do trabalho requer distribuição adequada de recursos para a Amazonia. Só haverá equilíbrio regional se as regiões brasileiras obtiverem recursos para a ciência e tecnologia. É preciso pensar o lugar da Amazônia no desenvolvimento do país, haja vista que as propostas dos governos anteriores para a região colocavam-se contrárias ao desenvolvimento, porque estabeleciam diretrizes lineares e homogêneas para todo o território brasileiro sem levar em conta as diferenças, os saberes locais e as peculiaridades regionais.

Toda a região Norte teve até o governo passado somente 2,9% dos recursos federativos destinados para a ciência e tecnologia (FREITAS, 2003). Este quadro tornava difícil e quase inviável atender demandas de pesquisa dos cinco pólos econômicos existentes na região, quais sejam: industrial, madeireiro, agropecuário, agrícola e pesqueiro.

Além da inexistência de investimentos suficientes para a ciência e tecnologia, não há investimentos dirigidos à educação de massa dos povos indígenas. É preciso canalizar recursos para a educação desde a pré-escola até a Universidade. Torna-se mister, por outro lado, dotar as universidades públicas com recursos para o desenvolvimento de ações na capital e nos municípios. Ressalte-se que o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas foi instalado, recentemente na cidade de Coari, atendendo à solicitação do poder local.

Torna-se imperioso institucionalizar a questão ambiental como prioridade do governo federal, numa transversalidade das ações nos níveis federativos: União, Estado, Município. O desenvolvimento da Amazônia deverá estar assentado em princípios que levem em consideração o ordenamento territorial; o monitoramento e o controle ambiental; o macrosensoriamento; a existência de conflitos seculares na região; o combate contínuo ao desmatamento; a utilização de técnicas adequadas para a exploração das riquezas regionais como o manejo florestal; a defesa do meio ambiente numa perspectiva sócio-econômica, o saneamento básico (...); a valorização dos produtos florestais e a infraestrutura necessária para a adequada implementação do desenvolvimento sustentável (Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente/2003).

É preciso garantir recursos para a implementação do *macro zoneamento sócio-econômico-ambiental* e para um plano de controle sócio-econômico das divisas regionais. O macro zoneamento deve construir um diagnóstico sobre o ordenamento territorial e demarcar espaços próprios para os

empreendimentos econômicos; o ordenamento jurídico; o controle sobre o processo das queimadas incluindo maior apoio técnico; a implantação de um sistema de créditos mais equânime; a definição de critérios mais precisos sobre a área que pode ou não ser desmatada; a cristalização de uma concepção societária que considere a floresta como um bem comum constituem elementos fundamentais para a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável e solidária (IBIDEM).

Raras são as empresas que atuam na Amazônia com responsabilidade social. Antes mesmo da lei de responsabilidade social a Petrobras já alocava receita para fomento à projetos sociais. São projetos na área educacional, ecológica, cultural, lúdica e voltados para a problemática social de várias ordens até o combate à fome.

Embora essas ações sociais sejam subtraídas no imposto de renda desta empresa que paga muitos impostos, não se pode deixar de reconhecer que esses projetos contribuem amplamente na construção de um futuro mais promissor às populações locais.

Não se pode deixar de reconhecer a importância do Relatório de Impactos ao Meio Ambiente – RIMA, que contou com a participação de professores da Universidade Federal do Amazonas nos seus primórdios. A Petrobras mostrou-se preocupada com a questão ambiental ao dispor de financiamento para o RIMA, embora representantes da entidade *Amigos da Terra* não tenham concordado com os resultados do último Relatório produzido pela empresa Cepemar. De acordo com estes representantes o RIMA não apresenta alternativas tecnológicas ao gasoduto Coari-Manaus com análise, custos e benefícios. Os técnicos da empresa que produziu o Relatório não souberam dar uma resposta satisfatória a este questionamento feito por ocasião das sucessivas audiências públicas.

Um dado importante deve ser destacado nesta análise, sob pena de incorrerem em juízos injustos e pouco verossímeis em relação à empresa Petróleo Brasileiro S.A. Trata-se dos *royalties* que são repassados à Prefeitura de Coari para garantir benfeitorias e reparação de danos causados à população local pelo empreendimento petrolífero e gaseífero.

E, a propósito, convém lembrar que os *royalties* são formas assaz antigas de pagamento de direitos. O termo é derivado da tradução inglesa *royal*, que significa da realeza ou relativo ao rei. O seu significado estava circunscrito ao direito que os reis tinham de receber pagamento relativo à extração de minerais realizada em seus territórios.

O Brasil reconhece a legitimidade dos *royalties* desde 1953, através da Lei 2.004, que criou a Petrobras. A partir desta data a empresa em apreço assumiu o monopólio estatal na pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo e seus derivados. Em contrapartida à exploração dos recursos energéticos de petróleo e gás natural, nas regiões do país, seriam repassados *royalties* àqueles estados e municípios *locus* da exploração desses minerais.

Os *royalties* constituem-se numa espécie de compensação financeira que as empresas exploradoras e produtoras dessas riquezas não-renováveis devem ao Estado, cujo repasse financeiro é realizado mensalmente. À época da implantação da Petrobras a lei determinava 4% aos Estados e 1% ao município sobre o valor da produção terrestre de petróleo e gás natural explorados nas respectivas terras. Houve alteração da Lei 2.004 em 1989 havendo, pois, uma diminuição nos percentuais de repasse. Os municípios *locus* da instalação de embarque e desembarque de petróleo ou de gás natural, passaram a ter direito a 0,5% e os estados 3,5% , para os casos em que a exploração acontecesse em suas terras. A última alteração na legislação do petróleo ocorreu em 1997, quando a alíquota básica dos *royalties* aumentou para 10%. Esta alíquota pode ser reduzida até um mínimo de 5%, em função de possíveis riscos geológicos, expectativa de produção e outros fatores.

Observe-se, pois, que houve uma significativa elevação no valor de pagamento de direitos sobre a exploração de petróleo e gás natural no Brasil. O valor que os estados e municípios arrecadam dos *royalties* tem várias finalidades, dentre elas o investimento em pesquisas e canalização para a sustentabilidade e o desenvolvimento regional.

Difícilmente são realizadas pesquisas que busquem verificar a forma pela qual esse valor financeiro é aplicado pelos estados e municípios. No que pese o controle e distribuição dessas alíquotas

pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, pouco se sabe sobre a aplicação destes recursos públicos. O mesmo acontece com o ICMS Ecológico, muitas empregadas pelo Ibama e outros termos de conduta aplicados em função do impacto causado ao meio ambiente. Poucas ações têm sido empreendidas pelos estados e municípios para contornar os prejuízos causados à biosfera ambiental.

Uma das formas apontadas para a aplicação dos *royalties* com justiça e responsabilidade social, diz respeito à realização de pesquisa sobre energia renováveis que não traz retorno financeiro imediato, mas garantiria maior sobrevida às fontes energéticas de petróleo e gás natural. Amyra El Khalili, presidente da ONG *Consultant, Trader and Adviser* (CTA), considera que *a melhor forma de proporcionar um destino seguro aos royalties de petróleo e gás natural seria aplicá-los em projetos de commodities ambientais* (entrevista ao jornal eletrônico da cidade de Coari/2004).

Os projetos de *commodities* ambientais são aqueles que possuem um cariz social bem definido no plano da sustentabilidade econômica e ambiental. Esses projetos podem gerar emprego e renda aliados à preservação do meio ambiente. A comunidade favorecida pelas ações desses projetos deve ser a protagonista e receptora dos recursos financeiros. Para tanto, torna-se mister acabar com as idéias preconceituosas em relação às populações tradicionais da Amazônia, como se elas fossem peripatéticas e incapazes de lidar com o avanço tecnológico e com as políticas públicas.

A proposta de um novo modelo de desenvolvimento regional auto-sustentável para a Amazônia, passa pelo rompimento das barreiras do preconceito étnico, pelo resgate dos valores éticos que inspiram as lutas históricas em favor da equidade e da justiça social.

Não se pode deixar de lembrar, sempre que possível, que as profundas desigualdades sociais que se impuseram à condição humana nesta região, foram construídas com base no preconceito étnico. A suposta incivilidade dos indígenas e sua incapacidade para usufruir do progresso e do desenvolvimento humano constituíram-se na grande chave da desproteção do Estado para com estas populações (TORRES, 2003b).

Promover um desenvolvimento sustentável com equidade e justiça social requer mobilização de esforços da própria sociedade civil. Construir uma cidade dinâmica e moderna para gerar renda e riqueza demanda união e objetivos firmes de todos os sujeitos sociais.

É imprescindível o controle social dos *royalties* por parte da sociedade civil de Coari. Os recursos públicos devem passar por discussões públicas, onde deverão ser explicitados os gastos e os empreendimentos realizados. A população local não deve ser apenas consultada em audiência pública, ela deve opinar sobre os destinos destes recursos, colocando-se como protagonista do desenvolvimento social sob pena de ser lesada em seus direitos.

A cadeia Produtiva do Petróleo e Gás de Urucu se apresenta, atualmente, como um grande potencial de oportunidade de empreendimento para as micro e pequenas empresas. Trata-se de um mercado promissor que acena com a possibilidade de um forte impulso à economia e ao desenvolvimento do país.

Não se pode deixar de reconhecer que o complexo petrolífero de Urucu representou um marco na região. O Amazonas deu um salto de qualidade em termos de alta tecnologia de lavra e refino de petróleo, assumindo uma posição de vanguarda no país, haja vista a inexistência de fatalidades e/ou incidentes criminosos ao meio ambiente.

Na área social há a previsão de geração de 3.800 empregos com a implantação do programa de desenvolvimento sustentável nas cidades amazonenses por onde vai passar o gasoduto Coari-Manaus. De acordo com o coordenador de gás e energia da Petrobras no Amazonas, Ronaldo Mannarino, *a empresa também investirá US\$ 400 milhões para montar toda a infra-estrutura necessária nas cidades para que as obras de construção do gasoduto não sejam interrompidas* (entrevista/2004).

O Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – Sebrae, é uma das importantes instituições que estabeleceu parceria com a Organização Nacional de Indústria do Petróleo (ONIP),

para o desenvolvimento de um trabalho que intenciona disponibilizar para todo o país uma metodologia de capacitação capaz de inserir micro e pequenas empresas na cadeia de fornecedores do setor de petróleo. O sebrae apresenta-se não apenas como uma instituição que abre portas comerciais a essas empresas, mas também como um portal que instiga e lança as micro e pequenas empresas na competitividade de mercado.

O sebrae assume um papel pedagógico de grande relevância social, na medida em que faz gestão junto às micro e pequenas empresas para que elas se apropriem de ferramentas de qualidade, para conduzir com eficiência suas atividades no mercado competitivo. Esta ação pedagógica permite a obtenção de bons resultados, gerenciamento e visão de planejamento estratégico necessário para a eficácia dos negócios.

A cadeia Produtiva do Petróleo e Gás de Urucu é uma mina e fonte imensurável de riqueza, capaz de protagonizar o desenvolvimento nacional com distribuição de benefícios e empregos em todos os elos produtivos. Segundo Eliane Borges, gestora nacional da cadeia de Petróleo e Gás, *atualmente 600 empresas estão em processo de capacitação em todo o país (13 estados), sendo 163 no Estado do Amazonas, que é o estado com mais empresas envolvidas no processo global, sendo destaque do programa, um exemplo para todo o Brasil* (entrevista ao Informativo do Sebrae –AM/2004).

O Sebrae/Amazonas já planejou um conjunto de ações para ser desenvolvido no Município de Coari, em 2005, a saber: implantação da metodologia DLIS em parceria com a Prefeitura Municipal e lideranças locais; capacitação dos atores sociais e lideranças comunitárias; levantamento das potencialidades locais e vocações econômicas, elaboração do diagnóstico participativo local; elaboração do plano de desenvolvimento econômico e agenda de prioridades local; apoio ao empreendedorismo local, através de treinamentos, capacitações e consultorias.

Após uma sucessão de encontros, seminários, pesquisa de campo e visitas às empresas o Sebrae/Amazonas se prepara para a realização da segunda fase do projeto de capacitação às micro e pequenas empresas do Estado. Trata-se do processo de aplicação de soluções e prognósticos que proporcionarão mudanças substantivas na forma de gestão e organização destas empresas, a fim de que elas construam estruturas avançadas e apresentem resultados compatíveis com as exigências do mercado.

A parceria do Sebrae/Amazonas com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas que permite a consolidação da Rede Petros é, certamente, a realização de um grande sonho: o reconhecimento mundial de que a Amazônia tem uma memória, uma história e várias culturas que suplantam a simples imagem da floresta e dos indígenas como *duendes* imiscuídos na mãe natureza. Ou seja, há um reconhecimento da existência de organização social autóctone, valorização dos nativos como protagonistas do desenvolvimento regional e respeito ao meio ambiente e qualidade de vida na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alvorecer do século XXI remete para a necessidade de se repensar o local e o global, o todo e as partes. O consenso aponta para o fato de que vive-se numa época de crise e de transição. Antigos paradigmas entraram num processo de gravitação, sugerindo a redefinição de novos parâmetros sociais que instiguem a construção de novas formas de sociabilidade entre o centro e a periferia, o global e o local, e entre o nacional e o regional.

É preciso, pois, criar uma outra lógica de desenvolvimento que supere a dicotomia das fronteiras, construindo um projeto político que assuma e promova a natureza policêntrica de uma ordem internacional, fundada sobre espaços regionais onde seja possível a concretização de uma estreita cooperação entre entes, sujeitos e poderes. Trata-se de instrumentos de solidariedade que remetem para o horizonte de um pacto federativo entre os povos.

As sociedades locais podem surgir como protagonistas na construção de uma nova solidariedade que respeite as diferenças, as relações plurais e as minorias sociais exaurindo o preconceito e a

subordinação. O conceito de território é significativo no processo de funcionamento das economias e das sociedades na formação de dinâmicas coletivas. Este conceito não está circunscrito somente à realidade geográfica, está associado também ao espaço de relações, base de solidariedades e de mobilização de capacidades.

É preciso combinar recursos externos às zonas frágeis com a valorização dos recursos endógenos. O conceito de desenvolvimento sustentável deve valer-se da noção de território para consagrar relações solidárias positivas e propositivas. Não se pode subestimar nem superestimar a riqueza das populações tradicionais da Amazônia. Há produtos destas populações que ganham o interesse dos consumidores dispostos a privilegiar as diferenças.

A parceria entre o Sebrae/Am, Petrobrás e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, mostra que é possível um novo Brasil, fundado no respeito às potencialidades e necessidades locais. Trata-se de um processo de mudança de estratégia política, econômica, social e cultural que há muito tempo poderia ter sido consagrado na matriz dos ideais republicanos.

A cadeia Produtiva do Petróleo e Gás do Urucu não acalenta e embala os sonhos apenas dos amazonenses, é um projeto concreto de desenvolvimento do Brasil que tem como âncora a Amazônia. O Sebrae/Amazonas colocou em execução um projeto que levará, em média, um ano e meio de treinamento dirigido às micro e pequenas empresas do Amazonas, para fins de inserção destas empresas na cadeia Produtiva do Petróleo e Gás do Urucu. O Sebrae, portanto, acena na direção do desenvolvimento regional e local com grande potencialidade e desenvoltura social na Amazônia.

Referências

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis. Rio de Janeiro: Conquista, 1976

CASTRO, Ferreira de. A Selva. Prefácio de Afrânio Peixoto. 2 ed. Rio de Janeiro: Moura Fontes e Flores, 1937

CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Cultrix, s/d.

_____. Um paraíso perdido. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. pronunciamento no II Fórum de Coordenação do Partido dos Trabalhadores na Amazônia. Manaus, 2003 (mimeo)

INTER-AÇÃO. Estudo das condições de vida e das formas de uso de recursos nas comunidades ribeirinhas de Coari-Carauari/Amazonas. Manaus: UFAM, 2003. (Relatório de Pesquisa).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social: discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SANTOS, Boaventura Sousa. Pela Mão de Alice: São Paulo: Cortez, 1996

_____. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000

SILVA, Marina. Pronunciamento no II Fórum de coordenação do Partido dos Trabalhadores na Amazônia. Manaus, 2003 (mimeo)

SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Edua, 2000

TORRES, Iraildes Caldas. As novas amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005

_____. Relatório da Conferência das Cidades. Manaus, 2003a (mimeo)

_____ et alii. Proposta dos movimentos sociais/populares do Estado do Amazonas para o PPA 2004 – 2007 do Governo Lula. Manaus, 2003b (mimeo)

Documentos Consultados

IBGE. Censo Demográfico de 2002. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informativo Petrobras. Manaus, 1999

Informativo do Sebrae-AM. Cadeia Produtiva do Petróleo e Gás no Amazonas. Ano 1. Nº 02. Manaus, 2004

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. São Paulo, 1999

Jornal Eletrônico da cidade de Coari.
http://freehost01.websamba.com/acordacoari/paginas/royalties_de_petroleo

PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 1991 e 2000, Municípios do Estado do Amazonas. In: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, 2000